

O trabalho do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Irati, Paraná

Kelly Leticia da Silva Sakata¹, Letycia Chylajenko²

Resumo

O artigo objetiva analisar a prática profissional dos pedagogos atuantes no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Irati-PR, enfatizando o seu processo formativo para desenvolvimento profissional no âmbito da Pedagogia Social. Para tanto, indica alguns apontamentos acerca da emergência da Pedagogia Social no Brasil e o surgimento do CRAS. Enfatiza a formação dos profissionais pedagogos, valorizando a importância da formação adequada para os trabalhos ofertados no CRAS. Ao final, problematiza a realidade do trabalho do pedagogo no município, indicando seu panorama econômico e social para compreender a importância do seu trabalho nesse contexto. A pesquisa partiu de uma perspectiva freiriana de análise documental e questionário online. Os resultados obtidos evidenciam que a formação do pedagogo é adequada para o trabalho junto ao CRAS. Contudo, ressalta a importância dessa formação contemplar em suas grades curriculares, disciplinas que oportunizem a discussão na área da Pedagogia Social. Reflete que, atualmente, a formação inicial perpassa retrocessos, devido à Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, em que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica.

Palavras-chave

Pedagogo. Pedagogia social. Centro de Referência de Assistência Social.

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Paraná, Brasil; professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil; integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Política e Gestão em Educação (UNICENTRO) e da Rede de Estudos e Pesquisas sobre Planejamento e Gestão Educacional (UFPR). E-mail: kelly.l.sakata@hotmail.com.

² Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil; participante do Projeto de Alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: letyciachyla@gmail.com.

The pedagogue's work at the Social Assistance Reference Center (CRAS) in the municipality of Irati, State of Paraná, Brazil

Kelly Leticia da Silva Sakata³, Letycia Chylajenko⁴

Abstract

The article aims to analyze the professional practice of educators working in *Centro de Referência de Assistência Social* (CRAS) in the municipality of Irati, State of Paraná, Brazil, emphasizing their training process for professional development within the scope of Social Pedagogy. Therefore, it indicates some notes about the importance of Social Pedagogy in Brazil in the context of CRAS. Emphasizes the training of teaching professionals, valuing the importance of adequate training for the work offered at CRAS. In the end, it questions the reality of the pedagogue's work in the municipality, indicating its economic and social panorama in order to understand the importance of his/her work in this context. The research started from a perspective by Freire of document analysis and online questionnaire. The results obtained show that the training of the pedagogue is adequate for working with CRAS. However, it emphasizes the importance of this training to include, in its curriculum, disciplines that provide the opportunity for discussion in Social Education area. It reflects that currently, the initial training goes through a setback, due to Resolution nº 2 of the National Council of Education which establishes the National Curricular Guidelines for the Initial Training of Teachers for Basic Education.

Keywords

Pedagogue. Social Pedagogy. Social Assistance Reference Center.

³ PhD student in Education, Federal University of Paraná, State of Paraná, Brazil; professor at the State University of Centro-Oeste, Irati, State of Paraná, Brazil; member of the State, Policy and Management in Education Research Group (UNICENTRO) and the Network of Studies and Research on Educational Planning and Management (UFPR). E-mail: kelly.l.sakata@hotmail.com.

⁴ Undergraduate student in Pedagogy, State University of the Centro-Oeste, Irati, State of Paraná, Brazil; participant in the Literacy Project in the Early Years of Elementary Education of the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (PIBID). E-mail: letyciachyla@gmail.com.

Introdução

A pedagogia fundamenta-se em um conceito ampliado de educação, em que se faz presente nos diversos meios sociais. Nesse sentido, o que justifica a existência da pedagogia é o fato de esse campo ocupar-se do estudo sistemático das práticas educativas que perpassam a educação, e que se realizam em sociedade como processos fundamentais da condição humana. Desta forma, a pedagogia investiga a natureza, as finalidades e os processos necessários à ação educativa com o objetivo de propor a realização desses processos nos vários contextos em que tais práticas ocorrem (SEVERO; POSSEBON, 2019).

Nesse sentido, o “processo pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa” (LIBÂNEO, 2005, p. 30). Essas ações também apresentam diversificação, enquanto ação pedagógica. Dessa forma, ocorrem ações educativas intencionais para além da escola, como na comunidade, pelos meios de comunicação, nos movimentos sociais, em instituições não escolares e outros grupos humanos organizados.

Nessa direção, o objetivo deste artigo é analisar a prática profissional do pedagogo para o trabalho no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Irati-PR. Com o intuito de alcançar esse objetivo, o caminho metodológico orientou-se por análise documental e questionário online, realizado no *Google Forms* com perguntas abertas e fechadas. As análises pautam-se especialmente em Paulo Freire⁵ (1997; 2011; 2013).

O texto inicia com apontamentos, realizados de forma breve, a respeito da metodologia. Em seguida, discute acerca da emergência da Pedagogia Social no Brasil, sua conceituação e a configuração do CRAS, e indica a formação dos profissionais que fazem parte desse âmbito. A seguir, problematiza a formação do pedagogo e a grade curricular do curso, enfatizando a especificidade das disciplinas voltadas ao trabalho junto à Pedagogia Social e às indicações da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 20 de dezembro de 2019, em que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2019) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Por fim, reflete as possibilidades de formação do pedagogo, no que se refere às especificidades do seu trabalho junto à Pedagogia Social, no município de Irati-PR. Após, ressalta o panorama

⁵ Sem a pretensão de abarcar toda a sua extensa obra e, devido aos limites deste artigo, priorizaram-se as obras *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (1997), *Pedagogia da autonomia* (2011) e *Pedagogia do oprimido* (2013).

socioeconômico do município para caracterizar o público atendido no CRAS e entender a importância da sua proposta neste contexto.

Metodologia

O artigo em tela é resultado de um projeto de pesquisa que foi definido em 2019 e executado em 2020. A temática emergiu após a realização de uma atividade curricular obrigatória de intervenção sociopedagógica, proposta pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e efetivada no ano de 2018 em um equipamento, CRAS, do município de Irati-PR. Nessa atividade houve a inquietação de compreender a seguinte problemática: Como ocorre a atuação dos pedagogos no CRAS do município de Irati-PR?

A partir dessa problemática, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a atuação do pedagogo no CRAS do município supracitado, tendo como objetivos específicos: indicar o percurso histórico da Pedagogia Social no Brasil e a emergência do CRAS nesse contexto; problematizar a formação do pedagogo, no que se refere a sua atuação na Pedagogia Social; e discutir a atuação do pedagogo no CRAS a partir da caracterização do município.

Com o intuito de contemplar os objetivos da pesquisa e responder, assim, à problemática central, o estudo foi de natureza qualitativa e, portanto, visou a explorar as características dos indivíduos e cenários que não podem ser simplesmente descritos numericamente (MOREIRA; CALEFFE, 2006). As análises foram pautadas nos escritos de Freire (1997; 2011; 2013). Nesse sentido, entende-se que essas análises não se constituem como uma simples escolha, mas consistem em uma visão de mundo e perspectiva que tem como finalidade o implemento no processo de mudança do *status quo*, a partir da emancipação dos sujeitos que são destituídos de suas condições básicas de subsistência nesse contexto social capitalista.

Nessa direção, entende-se, de acordo com Freire (2013, p. 108, grifos do autor), que “existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo e modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Desse modo, o movimento da pesquisa ocorreu no contexto da práxis, da ação-reflexão sobre a proposta e no decorrer dela, levando em consideração que o seu resultado, o qual se materializa no artigo em tela, pode ser propulsor da reflexão sobre a ação que foi desenvolvida.

Outrossim, quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma revisão de literatura em que foi identificada a bibliografia pertinente à temática: Libâneo (2005), Severo e Possebon (2019), Machado (2010), entre outros. Após, foram analisadas as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (DCCP); a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS); as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); e a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCN/2019). Assim, procurou-se realizar as análises a partir de uma leitura crítico-analítica, como

processo de decodificação de um texto escrito, com vistas à apreensão/recepção da mensagem nele contida. Por essa modalidade de leitura, entende-se aquela abordagem de um texto a partir dos seguintes objetivos: apreender a mensagem global da unidade de leitura, de modo que o leitor tenha uma visão da integralidade do raciocínio desenvolvido pelo autor, levando-o tanto à compreensão dessa mensagem como à sua interpretação. (SEVERINO, 2009, p. 13).

No sentido de entender a realidade pesquisada, a coleta de dados nas localidades foi executada por meio de um questionário semiestruturado realizado de forma online no *Google Forms*. O questionário continha oito questões, e foi encaminhado via e-mail para quatro pedagogos que atuam no CRAS de Irati - PR. As dúvidas que surgiram, a partir das respostas, foram sanadas por meio de conversas realizadas por telefone. Ressalta-se que todos os participantes aderiram ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual estava no questionário com todas as informações pertinentes à pesquisa. Assim, após toda a coleta de dados e análises desenvolvidas, o presente texto foi organizado com o intuito, dentro de seus limites, de incitar o debate sobre a temática, possibilitando outras produções.

A emergência da Pedagogia Social no Brasil e o surgimento do CRAS

Nesse estudo, entende-se Pedagogia Social como um campo teórico-prático interessado “nos dispositivos sociais e culturais que manifestam intencionalidades educativas e, de igual modo, nas políticas, discursos e modos de organização prática que estruturam tais dispositivos como mediadores de processos civilizatórios e de socialização da cultura” (SEVERO; POSSEBON, 2019, p. 9). Nessa direção, a Pedagogia Social é caracterizada como

práticas educativas não escolares, mas que não limitam as experiências desenvolvidas no campo escolar propriamente dito.

As primeiras menções ao que se conhece, hoje, como o campo da Pedagogia Social, surgiram a partir de problematizações do vínculo entre o campo da pedagogia e as questões sociais. Essas problematizações emergiram desde o período clássico, século 6 a.C., até meados do século 19. Para além desse período histórico, o surgimento da Pedagogia Social na Alemanha, ocorrido no século 19, tornou-se um marco para a área (ARAÚJO *et al.*, 2014). Ela foi oriunda do período das Revoluções Industrial e Francesa, com as lutas e movimentos sociais pelos direitos humanos e pela liberdade. Nesse contexto, resultante das crescentes demandas sociais e por conta da crise econômica que se alastrou no país, a Alemanha, no final do século 19, necessitou de intervenção sociopedagógica. Nessa direção,

é uma evidência assinalar que nem a sociedade nem o contexto social e cultural no qual se originou a Pedagogia Social têm muito que ver com que caracterizam as sociedades atuais. O “social” que estabelecia certos parâmetros de ação pedagógica cento e cinquenta anos atrás é muito diferente do “social” que dita a legislação pedagógica nos nossos dias (SEVERO; POSSEBON⁶, 2019, p. 14, grifos dos autores).

No Brasil, o termo Pedagogia Social emergiu relacionado à educação popular, no início do século 20, período em que a maioria da população não sabia ler e escrever. Após a proclamação da Primeira República do Brasil, exaltava-se a imprescindibilidade de modernização, tendo em vista os países europeus e os da América do Norte. Na área da educação, as lutas e movimentos sociais designavam-se para o aumento dos níveis de educação primária e alfabetização de adultos. Desse modo, a profissionalização dos educadores era primordial para mediar esse processo (MACHADO; OLIVEIRA, 2013).

Dessa forma, a temática da Pedagogia Social no Brasil possui publicações e estudos desde o século supracitado, formulados em diferentes contextos. No final de 2005, foi sedimentada a ideia da Pedagogia Social como norteadora para o desenvolvimento das pesquisas. No entanto, o marco inicial da estruturação e fundamentação dessa área disseminou-se somente no ano de 2006, com o I Congresso Internacional da Pedagogia Social, realizado na Faculdade de Educação de São Paulo (MACHADO, 2010). Atualmente, a Pedagogia Social procura situar e problematizar os novos meios educacionais e pedagógicos que serão trabalhados para a construção dos sujeitos sociais. É considerada uma ciência em processo de construção e voltada para as classes populares, e seu objetivo é a ação preventiva e de

⁶ Tradução livre.

recuperação das deficiências de socialização, especialmente para as pessoas que possuem necessidades fundamentais básicas (CALIMAN, 2010).

Nesta direção, Freire (2011; 2013) indica que, para a formação docente direcionar-se para uma prática progressista, é preciso compreender que o ato de ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua própria produção ou construção. Para tanto, há que se respeitar a autonomia dos sujeitos e compreender que, nesse processo educativo, emerge um dualismo pedagógico: quem ensina, aprende; e quem aprende, ensina, para desmistificar a ideia de educador como o sujeito e o educando como o objeto.

Sob essa perspectiva, a educação emancipatória é entendida como aquela que visa a emancipar os indivíduos e buscar a transformação social. Em outras palavras, há que se levar em consideração a cultura e o contexto socioeconômico e histórico, e a identidade dos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem para que eles consigam ter consciência de sua condição de classe. Assim, a Pedagogia Social defendida “busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima a de generosidade autêntica, humanista e não *humanitarista*⁷, pode alcançar esse objetivo” (FREIRE, 2013, p. 22, grifo do autor), o qual consiste na emancipação dos sujeitos.

A pedagogia entendida dessa forma é emancipatória, pois possibilita, para as classes subalternizadas, o poder de ser responsável pela sua própria história, de lutar para sair dessa condição opressora, e buscar sempre meios para a melhora na qualidade de vida, sem perder a esperança (FREIRE, 1997). Nesse sentido, é por meio da intervenção pedagógica que se agrega uma das múltiplas oportunidades de as pessoas se emanciparem, desvinculando-as de condições sociais indignas. Essa emancipação pode se desenvolver nas instituições que proporcionam momentos de reflexão, como oficinas, grupos de interação e cursos profissionalizantes, em que emerge a possibilidade de elevação cultural e, posteriormente, econômica.

Dentre os campos de atuação da Pedagogia Social, há o CRAS. Ele surgiu após a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁸, em 2006, a partir da necessidade de desenvolver ações sociais de proteção básica e fortalecimento de vínculos entre as famílias referenciadas e o SUAS na comunidade atendida pelo CRAS.

⁷ Em seu discurso para a educação, Freire (2013) sugere a ideia de que humanitarismo seria a dominação de uma classe pela outra, e que o humanismo defende a ideia de que não se tenha uma classe dominante tentando apenas *domesticar* os dominados, mas uma mudança de pensamento, com a inclusão dos dominados como agentes transformadores da realidade.

⁸ Foi institucionalizado em 2005, tendo por função a gestão da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: básica e especial.

O CRAS caracteriza-se como um órgão que oferta serviços direcionados para a comunidade em situação de risco e vulnerabilidade social, com o trabalho voltado à proteção das famílias, jovens, crianças, idosos e mulheres. É a unidade de proteção básica do SUAS, tendo por objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos sociais, através do desenvolvimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação e acesso aos direitos de cidadania. Seu espaço físico deve ter uma organização, bem como o planejamento das atividades, seu funcionamento e os recursos humanos devem manter coerência com a concepção de trabalho social com famílias (BRASIL, 2009).

Em termos jurídicos normativos, o CRAS é uma unidade estatal pública, descentralizada da política de assistência social e possui três finalidades. A primeira delas é o fortalecimento e a articulação da rede de proteção social básica local; a segunda finalidade é que ele atua prevenindo as situações de risco em seu território de abrangência, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos; e, por fim, tem por objetivo ofertar o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)⁹ e oferecer outros serviços socioassistenciais de proteção social básica para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o CRAS deve estar localizado em áreas do município em que haja maior risco social e de vulnerabilidade. No entanto, a Norma Operacional Básica-SUAS (NOB-SUAS)¹⁰ destaca que não é fácil reconhecer e diagnosticar as situações de vulnerabilidade e de risco social, pois obter as informações é uma tarefa complexa por não se dispor de estatísticas com relação a situações de violência, abandono e negligência que ocorrem no município (BRASIL, 2009). Ao considerar essa dificuldade, a NOB-SUAS admite que o CRAS seja instalado preferencialmente em territórios que possuam maior concentração de famílias com renda per capita de meio salário-mínimo. Indica que, para o atendimento à comunidade, é essencial dispor de um ambiente estruturado para o desempenho de suas funções. Assim,

Cuidar dos atributos de funcionamento do CRAS significa, além de garantir um ambiente de caráter público adequado, inaugurar uma era na qual os

⁹ É oferecido e obrigatório em todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), mas eles não são sinônimos: o PAIF é um programa; e o CRAS, um equipamento, que se inter-relacionam intrinsecamente. O programa tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

¹⁰ Aprovada em 2012, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), regulamenta a gestão pública da política de Assistência em todo o país. Nessa normativa é abordada a gestão do SUAS, a constituição dos planos da Assistência Social e todas as características do seu pacto de aprimoramento, sobre o acompanhamento do SUAS, questões orçamentárias, entre outros.

direitos socioassistenciais não possuam status inferior aos demais direitos sociais e na qual os usuários dessa política possam acessá-los ao adentrar um equipamento do SUAS, ao reconhecê-lo em qualquer território do país e acioná-lo em um horário adequado às suas necessidades. (BRASIL, 2009, p. 47).

A organização do trabalho interno de cada CRAS requer reuniões para realização do planejamento das ações com o PAIF, da oferta de oficinas, socialização de casos acompanhados pelos profissionais técnicos, abordando as características dos trabalhos sociais com as famílias em cada território, dos serviços a serem implementados. Nesse sentido, seu funcionamento efetivo designa-se a partir da organização do trabalho em equipe, bem como de um planejamento das ações e definições sob a forma de coleta de informações, a qual pode ser realizada por meio de busca ativa (visitas domiciliares) ou do comparecimento da família no CRAS. Assim, a próxima seção indica quem são os profissionais que trabalham no CRAS e o papel da pedagogia social nesse contexto.

CRAS e a Pedagogia Social

O trabalho e as ações desenvolvidas pelo CRAS são definidos pela sua equipe, que possui autonomia para desenvolver as atividades conforme as demandas sociais. Há reuniões com a Secretaria de Assistência Social do município com os profissionais de todos os equipamentos para as discussões das ações internas de cada CRAS.

Cada equipamento possui uma equipe de referência, composta por profissionais responsáveis pela gestão da proteção básica, organização dos serviços e pela oferta do PAIF. Sua composição técnica respalda-se na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como podemos verificar abaixo.

Quadro 1 - Equipamento e equipe de referência – CRAS/2020

	Pequeno porte I	Pequeno porte II	Porte médio, grande e
--	------------------------	-------------------------	------------------------------

			metrópole
Número de famílias referenciadas	Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
Técnicos de nível superior	Dois técnicos de nível superior: um assistente social, e o outro obrigatoriamente psicólogo.	Três técnicos de nível superior: dois assistentes sociais, e obrigatoriamente um psicólogo.	Quatro técnicos de nível superior: dois assistentes sociais, um psicólogo, e um profissional que compõe os SUAS.
Técnicos de nível médio	Dois técnicos de nível médio.	Três técnicos de nível médio.	Quatro técnicos de nível médio.
Coordenador	Um coordenador formado em nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, sem formação específica requerida.	Um coordenador formado em nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, sem formação específica requerida.	Um coordenador formado em nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, sem formação específica requerida.

Fonte: Organizado pelas autoras com dados das Orientações técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2009).

A quantidade de profissionais depende do tipo de porte e da quantidade de famílias atendidas. Os profissionais de referência para o trabalho na equipe são: assistente social e psicólogo; os profissionais sem especificidade ou obrigatoriedade de formação são: o coordenador, cuja indicação é ter nível superior e experiência na área; e os técnicos de nível médio. Indica, ainda, um profissional para porte médio, grande ou metrópole, que pode ser formado em pedagogia, sociologia, antropologia ou outra formação compatível com a função.

Dessa forma, frisa-se a não obrigatoriedade dos profissionais da pedagogia na equipe de referência, mas a possibilidade de sua atuação pauta-se na Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Essa resolução reconhece outras categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão

do SUAS, como antropólogos, economistas domésticos, sociólogos, terapeutas ocupacionais e musicoterapeutas (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, foi somente após essa Resolução que outros profissionais passaram a compor as equipes técnicas. Esse movimento faz com que se reflita a respeito do grau de importância que esses profissionais, em especial os pedagogos, possuem para exercer atividades e ações dentro do âmbito social, sendo consideradas categorias profissionais de teor não obrigatório, a depender do porte e do número de famílias referenciadas.

Entende-se que a formação para o trabalho junto ao CRAS necessita proporcionar, ao profissional, ações significativas, uma ação pedagógica libertadora, pois

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão de homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente, compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a de depósito de conteúdos, mas a de problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2013, p. 39, grifos do autor).

Essa concepção de educação, para além de libertadora, é progressista, pois o ato educativo exige conhecimento e respeito diante dos saberes construídos historicamente e no coletivo pelos indivíduos, tornando-os parte do processo educativo ao relacionar seus saberes ao conteúdo pragmático. Nas palavras de Freire (2011), ensinar coloca no educador, o dever não somente de respeitar os saberes que os educandos, sobretudo, das classes populares, levam até a sala de aula, saberes construídos na prática comunitária, mas discutir com os alunos a relação desses saberes com o ensino dos conteúdos.

Diante dessa formação requerida, que proporcione consciência e emancipação dos sujeitos, refletir-se-á a respeito do curso de pedagogia nessa indicação. Em 1930, a formação dos professores primários era pela Escola Normal, que estava sendo substituída pelos Institutos de Educação. Somente em 1935 originou-se o primeiro curso de formação de professores, em que a Escola de Professores (como era denominada) uniu-se à Universidade do Distrito Federal (UDF). Com o fechamento da UDF, em 1939, a Escola de Professores voltou a se anexar ao Instituto de Educação. Contudo, com a promulgação do decreto-lei nº 1.190/39, o curso de pedagogia passou a ser ofertado em conjunto com a Faculdade Nacional de Filosofia, destinado para a formação de professores bacharéis e licenciados para várias áreas e, dentre elas, o setor pedagógico. Nesse sentido, o curso passou a ser conhecido pelo esquema 3+1, pois “desde seu início formava bacharéis e licenciados em Pedagogia, sendo os

Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 206-229, maio-ago. 2021.

3 anos dedicados às disciplinas de conteúdo, ou seja, para os próprios fundamentos da educação” (FURLAM, 2008, p. 3.864).

Nesse sentido, o curso de Pedagogia, para além da formação junto ao âmbito escolar, permeia disciplinas que problematizam a complexidade da ação pedagógica e do âmbito da gestão/administração educacional. Atualmente, pelo disposto na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (DCN/2016), em seu Art. 4º, para além da formação voltada ao âmbito escolar, indica a formação para atuação em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Isso porque, a partir de estudos teórico-práticos, propiciará o planejamento, a “execução e avaliação de atividades educativas; II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural” (BRASIL, 2006).

As DCN/2006 indicam uma carga horária de 3.200 horas assim distribuídas: 2.800 horas direcionadas para as atividades; 300 horas designadas para a realização do estágio supervisionado, na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e em outras áreas; e, por fim, 100 horas de atividades teórico-práticas em atividades específicas de interesse do aluno, através de iniciação científica, extensão e monitoria (BRASIL, 2006).

Contudo, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2¹¹, de 20 de dezembro de 2019, e homologação pela Portaria nº 2.167, de 19 de dezembro 2019, definindo as DCN/2019, manteve-se a carga horária mínima de 3.200 horas indicadas na DCN/2016, mas divididas em três grupos. O Grupo I com 800 horas, para a base comum entre os cursos; o Grupo II, 1600 horas para a aprendizagem dos conteúdos específicos da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos; e o Grupo III, com 800 horas para a prática pedagógica (BRASIL, 2019).

Essa resolução emergiu com a justificativa de incorporar a BNCC/2017 como documento norteador no contexto da graduação das licenciaturas, fazendo com que a grade curricular se volte para o conteúdo da BNCC, aumentando seu teor pragmático. Com a homologação dessa resolução, as entidades representativas dos educadores manifestaram-se de forma contrária¹², argumentando que a resolução descaracteriza a formação docente. Sob esse prisma, o movimento dessa política educacional localiza-se em um contexto maior, de manutenção das premissas neoliberais, que impossibilita padrões de igualdade social e de

¹¹ Essa resolução substitui a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.

¹² Foi divulgada uma Nota das entidades nacionais em defesa da Resolução 02/2015, que identificava posição contrária à Descaracterização da Formação de Professores (ANFOPE *et al.*, 2019).

justiça. Bazzo e Scheibe (2019, p. 681) ressaltam que essa proposta visa à privatização como estratégia, pois “busca entregar à sociedade professores capazes de fornecer às empresas e ao sistema econômico indivíduos educados não para resistir à cassação dos seus direitos, mas sim para atender a uma ordem que preserve o sistema e suas desigualdades”.

Nesse bojo, ao analisar os currículos dos cursos de Pedagogia das universidades estaduais e da federal¹³, no Estado do Paraná, constata-se que, apesar de o curso de licenciatura em pedagogia destinar-se à formação de professores na área de apoio escolar em outras áreas que sejam previstos conhecimentos pedagógicos, poucos cursos discutem a formação específica para atuação em espaços da Pedagogia Social, tanto em disciplinas obrigatórias quanto em optativas. Desse modo, no quadro a seguir apresentam-se as universidades que contemplam ou não, em seu currículo, a formação voltada à Pedagogia Social.

Quadro 2 – Universidades – Formação voltada aos espaços não formais/2020

Universidades	Disciplinas		Ano	Não contempla
	Obrigatória	Optativa		
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	X		3º ano	
		X	Não indica ano ofertado	
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	X		4º ano	
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)		X	Não indica o ano ofertado	
Universidade Estadual de Maringá (UEM)				X
Universidade e Estadual de Londrina (UEL)				X
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)				X
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)				X

¹³ Selecionamos as universidades públicas do Estado do Paraná devido ao nosso objeto de pesquisa estar localizado nesse estado.

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados de matrizes curriculares da UFPR, UEPG, UNESPAR, UEM, UEL, UNICENTRO, UNIOESTE (2019).

Observa-se que três das sete universidades pesquisadas possuem, em sua grade curricular, disciplinas referentes à Pedagogia Social: a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Nas demais universidades não há disciplinas obrigatórias e/ou optativas relacionadas a esse âmbito de ensino. Esses dados evidenciam a pouca formação inicial direcionada especificamente à Pedagogia Social.

Houve um aprofundamento na análise da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) do município de Irati-PR, pois o CRAS, objeto da pesquisa em tela, localiza-se no mesmo município, sendo a instituição supracitada formadora de três dos quatro profissionais entrevistados. Apesar dessa universidade não contemplar atividades direcionadas à Pedagogia Social em seu currículo, propicia formação em disciplinas direcionadas à gestão educacional e diversidade cultural, que fundamentam as atividades no âmbito do CRAS. Além disso, oportuniza atividades complementares voltadas para a área socioeducativa. Elas se realizam por meio de um projeto supervisionado pelos professores do curso, que se configura como uma oportunidade de contato com a Pedagogia Social.

Nesse projeto socioeducativo, o discente, de acordo com sua preferência, elege o local, o público-alvo (faixa etária do educando) e a temática para realizar seu projeto. Os locais no município onde são realizados esses projetos são: CRAS, Instituições de Longa Permanência (ILP) e abrigo temporário. O projeto tem um período curto, com duração de 20 horas, e algumas instituições encaminham, aos acadêmicos, as principais características dos alunos que serão atendidos. O trabalho consiste em planejamento e desenvolvimento de aulas, dinâmicas em grupo e atividades voltadas a alguns conteúdos específicos, partindo da realidade de cada localidade¹⁴, visando à realização de um trabalho efetivo com a população atendida. O projeto propicia, ao docente, o conhecimento acerca da realidade econômica, cultural e social do município, a fim de compreender a necessidade de uma prática pedagógica humanista e emancipatória. Nas palavras de Freire (2013, p. 57), essa prática,

como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos: o primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão, e vão comprometendo-se nas práxis, com sua transformação; o segundo, em que,

¹⁴ Alguns exemplos são: aulas de alfabetização e letramento, ensino da matemática, dinâmicas lúdicas junto às crianças visando ao seu desenvolvimento integral, entre outros.

transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

Desse modo, o projeto de intervenção sociopedagógica da UNICENTRO propicia, aos acadêmicos, reconhecimento e desenvolvimento teórico e prático acerca do trabalho específico da Pedagogia Social. Assim, ressalta-se que, de modo geral, apesar das graduações possuírem poucas disciplinas voltadas ao âmbito da Pedagogia Social, o curso de pedagogia proporciona uma formação didática e teórica ampla, dando suporte mínimo ao profissional para o trabalho junto a esse âmbito. Isso porque, em sua grade curricular, contempla disciplinas relacionadas à gestão educacional e cultura e diversidade, entre outras, sendo possível relacioná-las ao trabalho desenvolvido na área social, nos cargos de coordenação, bem como de técnico de referência, proporcionando suporte teórico para desenvolvimento de suas atividades dentro do CRAS.

Na próxima seção problematiza-se a respeito da realidade econômica e social do município de Irati-PR e o trabalho do pedagogo no CRAS diante das demandas sociais da população atendida. Esse movimento tem o propósito de compreender a importância do trabalho do pedagogo no âmbito da Pedagogia Social.

A formação do pedagogo no CRAS de Irati-PR

O município de Irati localiza-se na região Sudoeste do Estado do Paraná, tendo como municípios limites Fernandes Pinheiro, Guarapuava, Imbituva, Inácio Martins, Prudentópolis, Rebouças e Rio Azul. Situado a 150,34 km da capital, sua extensão territorial é de 1000,004 km², com uma população censitária estimada de 61.088 mil habitantes (IBGE, 2020).

Quanto ao índice populacional trabalhista do município, na área urbana, a população em idade ativa (PIA) superior a 18 anos de idade é de 38.487 habitantes; população economicamente ativa (PEA) de 23.339 habitantes; e população ocupada de 21.882 habitantes. A área rural, com aproximadamente 5.984 habitantes, possui uma PIA com 10 anos ou mais de 9.779 habitantes; PEA de 6.450 habitantes; e população ocupada de 6.406 habitantes. As atividades econômicas que se destacam no município são a agropecuária (agricultura, pesca, criação de animais), comumente desenvolvidas na área rural; além de atividades industriais, construção civil, comércio, serviços domésticos e prestação de serviços (IPARDES, 2021, p. 21).

É importante destacar que a escolaridade da população desempenha papel relevante no âmbito das relações de trabalho e nos índices de vulnerabilidade social da população. Há, no município, um número significativo de usuários atendidos pela rede socioassistencial na condição de vulnerabilidade, com índice educacional até a primeira etapa da Educação Básica para moradores da área rural, por consequência do trabalho precoce nas lavouras e colheitas. Na área urbana, esse índice se estende até os anos iniciais do Ensino Fundamental, ocasionando situações de renda inexistente para o sustento da família.

Para suprir essas necessidades, as famílias recorrem aos setores públicos da prefeitura, nesse caso, a Secretaria de Assistência Social, que realiza prestação de serviços especializados no combate às questões de desigualdades sociais. Por meio dessa secretaria, há disponibilidade de alguns equipamentos, em especial o CRAS, que, como visto, a partir da situação socioeconômica da população, presta auxílio e suporte para as famílias com necessidades sociais, econômicas e culturais. O município possui quatro equipamentos CRAS localizados em bairros com maiores índices de situação de vulnerabilidade social: Vila São João, Lagoa, Rio Bonito e Canisianas. Os CRAS realizam ações voltadas para a população residente nos bairros e comunidades rurais atendidos nas abrangências próximas a esses bairros, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Bairros de abrangência CRAS (2020)

CRAS	Rio Bonito	Vila São João	Lagoa	Canisianas
Bairros atendidos	12	18	12	11
Comunidades atendidas	10	4	10	11
Total	22	22	22	22

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da Prefeitura Municipal de Irati-PR (2020).

Conforme o porte, indicado na seção anterior, cada CRAS possui uma quantidade de profissionais a depender da quantidade das famílias referenciadas. Sendo assim, o quadro a seguir designa a quantidade de pedagogos em cada CRAS e a sua função desenvolvida, conforme dados obtidos no questionário:

Quadro 3 – Porte e profissionais CRAS/2020

CRAS	Rio Bonito	Vila São João	Lagoa	Canisianas
Porte	Pequeno II	Pequeno II	Pequeno II	Pequeno I
Quantidade de pedagogos	2 pedagogos	1 pedagogo	1 pedagogo	Não há pedagogo

Função desenvolvida	1 técnico de referência 1 Coordenador	1 Coordenador	1 Coordenador	
----------------------------	--	---------------	---------------	--

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados das entrevistas (2020).

Assim, tem-se o total de 4 pedagogos, sendo 3 coordenadores e 1 técnico. Buscando compreender a dinâmica do trabalho desses profissionais e conhecer sobre sua formação, foi desenvolvido um questionário semiestruturado, abrangendo perguntas relacionadas ao seu trabalho diário junto à equipe do CRAS e aos programas ofertados, PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)¹⁵, e a contribuição da sua formação para esse processo. O questionário foi encaminhado para quatro profissionais, nomeados como Pedagogo A, Pedagogo B, Pedagogo C e Pedagogo D.

Quadro 4 – Questionário aplicado aos pedagogos¹⁶ – CRAS/2020

	Pedagoga A	Pedagoga B	Pedagoga C	Pedagoga D
Função no CRAS	Coordenador	Coordenador	Coordenador	Técnico de referência
Forma de ingresso	Cargo Comissionado	Licitação/contrato	Licitação/contrato	Concurso público
Formação profissional	Pós-graduação: pedagogia social. Licenciatura em Pedagogia, não informou localidade.	Cursos de capacitação. Licenciatura em Pedagogia pela Unicentro.	Mestre em Educação popular. Licenciatura em Pedagogia pela Unicentro.	Especialização (fora da área). Licenciatura em Pedagogia pela Unicentro.
Dificuldades	Não respondeu.	Necessitou de estudo e relacionamentos interpessoais de diversas áreas.	Sente falta de formação interdisciplinar para atuação com outros	Compreender a função do pedagogo dentro do SUAS.

¹⁵ O SCFV é um serviço de proteção social básica do SUAS. Foi regulamentado pela Resolução CNAS nº 109/2009, e é ofertado de forma complementar ao trabalho realizado com as famílias através do PAIF. O SCFV possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

¹⁶ As respostas foram indicadas de forma resumida.

			profissionais.	
Trabalho relacionado à pedagogia	Não respondeu.	Indica que, no SCFV, é possível utilizar a dinâmica pedagógica, estimulando a aprendizagem e atividades de empoderamento relacionadas às garantias de direitos.	Trabalha em grupo com temas transversais, planejamento pedagógico, atuação técnica no atendimento em casos de evasão escolar e violência.	Por meio de orientação, apoio, mediação de conflitos e evasão escolar.
Importância do trabalho do pedagogo no CRAS	Utilização do conhecimento para trabalhar com os usuários e auxiliar no SCFV e nas atividades com crianças sobre temas abordados pela Assistência Social.	Utilização na busca ativa, construção de planejamentos, nas visitas às famílias, no acompanhamento da frequência, nas reuniões em família, nas atividades grupais, na elaboração de materiais e demais atividades.	Na proposta libertadora, pensando e intervindo na realidade social com impacto concreto e atuante. No comprometimento e engajamento com a Política de Assistência Social.	Utilização do trabalho interdisciplinar desenvolvido juntamente aos demais profissionais, contribui com uma visão diferenciada no trabalho social com as famílias.

Fonte: Sistematizado pelas autoras com dados do questionário online (2020).

No relato do Pedagogo C, acerca das dificuldades encontradas para a realização do trabalho na Pedagogia Social, é visível a necessidade de a pedagogia dialogar com outras áreas para atuar juntamente aos profissionais de diferentes ramos. Em relação à formação, percebeu a necessidade de buscas por cursos de capacitação que contemplassem as particularidades do trabalho junto ao CRAS.

Assim, pelas respostas, entende-se a complexidade de ações que esse âmbito requer da atuação dos profissionais, especialmente nas questões voltadas à interdisciplinaridade. Apesar da formação dos pedagogos ter se ampliado pelo desenvolvimento da formação continuada,

Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 206-229, maio-ago. 2021.

eles ainda possuíam dificuldades na realização do trabalho interdisciplinar, como pontua o Pedagogo C, e especificamente para o trabalho no SUAS, como cita o Pedagogo D, que encontrou dificuldades para entender sua função de técnico de referência no serviço do CRAS, o que é compreensível, considerando as especificidades que a função requer.

Observa-se que o Pedagogo B cita o SCFV como um meio para utilizar os recursos pedagógicos e empoderar os educandos na garantia dos seus direitos. Assim, o participante compreende a Pedagogia Social no sentido freiriano, no entendimento da educação como um instrumento que possibilita a liberdade e a emancipação dos indivíduos, transformando, assim, a sua própria história (FREIRE, 1997; 2011; 2013).

Nesse sentido, em relação às respostas acerca da atuação propriamente dita, destaca-se o trabalho em grupo entendido como rodas de conversa dialógica, que traz conteúdos atrelados à formação, a qual emerge dos sujeitos atendidos (como questões de gênero, raça, participação feminina, entre outros) em uma perspectiva emancipatória, de empoderamento. Ressalta-se o trabalho para evitar a evasão escolar, como orientações junto às mães no desenvolvimento de atividades escolares. Atividades desenvolvidas junto às estruturas sociais da comunidade como, por exemplo, na participação política na escola e nos clubes de mães.

Nessa direção, o pedagogo tem sua atuação pautada na mediação de conflitos, riscos sociais, evasão escolar e violência que crianças e adolescentes possam vir a sofrer em seu grupo familiar. Sob esse prisma, para Freire (1997), os conflitos são inerentes ao contexto social, pois eles emergem no embate entre as classes sociais devido aos princípios neoliberais e ao contexto socioeconômico capitalista.

Nessa direção, o autor propõe um novo tempo histórico, em “lugar da simples acomodação *pragmática* que se impõe às lideranças trabalhadoras a criação de certas qualidades ou virtudes sem as quais, cada vez mais, se torna difícil a elas a briga por seus direitos” (FREIRE, 1997, p. 48, grifos do autor). Nesse sentido, uma das formas para essa qualidade emergir junto aos subalternos é através do trabalho reflexivo e coletivo acerca dos conflitos, na proposição da solução sem *acomodação*, mas com *autonomia* e atrelado ao esclarecimento de sua *condição de classe* (FREIRE, 1997; 2011; 2013).

Dessa forma, os pedagogos pesquisados indicam que, a partir das situações de conflitos, desenvolvem planejamentos, grupos temáticos e intervenção técnica a fim de solucionar esses conflitos da melhor forma possível, preservando a não ruptura dos vínculos familiares. Enfatizando as palavras dos Pedagogos:

o trabalho do pedagogo no âmbito social pauta-se em uma pedagogia libertadora que chegue na comunidade intervindo de maneira que possa agregar ações significativas. (PEDAGOGO C).

Este trabalho precisa ser pautado no cuidado e na elaboração de materiais para abordagem de temas da Assistência Social, como abuso sexual, violência doméstica, violência escolar, trabalho infantil, entre outros. (PEDAGOGO A).

Por fim, verificou-se que o trabalho junto ao CRAS de Irati-PR é realizado junto à comunidade para auxiliar na sua emancipação e na conquista dos seus direitos, na realização de planejamentos, elaboração de materiais e formação de grupos temáticos, e estimula a aprendizagem por meio da dinâmica pedagógica, utilizando atividades direcionadas. Ressalta-se a formação em pedagogia na atuação dos profissionais como coordenadores, pois o contato na graduação direcionado ao âmbito da gestão educacional, disciplina que contempla o ato de planejar, refletir ações no coletivo e acerca da finalidade da prática educativa, auxilia o profissional na coordenação de espaços e situações pedagógicas e no planejamento das atividades.

É importante mencionar que, comumente, associa-se a educação formal à educação desenvolvida no âmbito escolar, e a educação não formal em espaços dispersos no âmbito social. Contudo, há que se fazer um esforço no sentido de diminuir conclusões simplistas. “Ver a educação como prática social dissolvida nos movimentos sociais é uma sociologização da educação que empobrece a Pedagogia; ver a educação no âmbito escolar é pedagogismo que empobrece uma visão contextualizada da prática educativa escolar” (LIBÂNEO, 2005, p. 90).

Nessa direção, as práticas educativas realizadas com intencionalidades em instituições não convencionais de educação podem envolver, como visto, “o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função do seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra” (FREIRE, 2011, p. 68). Significa dizer que a formação inicial e continuada do profissional não é neutra, e fará a diferença na proposição de uma educação emancipadora, que ele poderá desenvolver ou não.

Para além disso, o pedagogo, no âmbito social do CRAS, não realiza ações e intervenções sozinho, atua de maneira interdisciplinar com outros profissionais do SUAS, especialmente assistente social e psicólogo, os quais são de relevância. Esse trabalho de atuação do pedagogo no coletivo é um princípio de sua formação inicial, especialmente nos campos sociológico, político, econômico e cultural.

Considerações finais

Diante das transformações sociais de insurgência contextual reacionária, pautada no discurso neoliberal e capitalista, emerge a necessidade de pensar meios e processos educativos emancipatórios, especificamente na proposta da Pedagogia Social. Essa ciência surge após crises sociais que clamam por uma atuação educacional voltada às classes trabalhadoras. Nesse bojo, ampliam-se os campos de atuação do pedagogo, por exemplo, no CRAS, órgão público pautado na perspectiva política de assistência social.

O trabalho do pedagogo fora da educação formal propicia, ao profissional, o conhecimento de outro conceito de educação, uma educação da comunidade partindo das experiências com o meio social em que os indivíduos estão inseridos. Contudo, no processo de formação desse profissional pouco se discute e contempla a Pedagogia Social de forma específica em seu currículo. Apesar desse fato, sua formação inicial enfatiza o trabalho do pedagogo/professor na educação escolar e amplia a atuação para ambientes que requerem práticas pedagógicas intencionais.

Nesse sentido, a pesquisa aponta a necessidade de estender, nos currículos, a formação específica para a Pedagogia Social na formação inicial, ampliando a discussão do papel do pedagogo fora da sala de aula e envolvido nas questões sociais, econômicas e culturais da sociedade. Movimento que será dificultado pela nova DCN/2019, devido ao seu teor tecnocrático voltado à BNCC. Outrossim, considerando as mudanças que ocorreram na sociedade e o avanço da pedagogia para espaços não escolares, os cursos de graduação poderiam ampliar sua grade curricular e abordar, de forma efetiva, assuntos relacionados à Pedagogia Social, e não retroceder.

A atuação do pedagogo no CRAS do município de Irati-PR é de relevância, principalmente ao acrescentar, na equipe técnica, uma gama de conhecimentos pedagógicos no trabalho junto às crianças e adolescentes com riscos sociais como, por exemplo, na elaboração de materiais, planejamentos pedagógicos específicos e dinâmicos. Outra frente de atuação percebida é aquela voltada para a gestão da política de assistência social, especialmente no desenvolvimento de planejamento e ações articuladas no coletivo. Nessa direção, mesmo sem a especificidade da Pedagogia Social, seu trabalho contribui de forma interdisciplinar com outros profissionais para o fomento de uma formação ampla. Assim,

dentro das limitações desta pesquisa, sinaliza-se a necessidade de mais estudos que versem sobre a temática discutida.

Referências

ANFOPE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, 12., 2019. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2019/12/XII-Semin%C3%A1rio-Nacional-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-dos-Profissionais-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-book.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ARAUJO, N. F. M. *et al.* **Pedagogia social**: a atuação do pedagogo em ambiente não escolar. Piauí: UFPI, 2014.

BAZZO, V.; SCHEIBE, L. De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-684, set./dez. 2019. Doi: 10.22420/rde.v13i27.1038. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 7 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2006, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2019, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

CALIMAN, G. Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, Ano 22, n. 23, p. 341-368, 2010. Doi: 10.19091/reced.v0i23.73. Disponível em: <https://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/73>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FURLAM, C. M. A. História do curso de Pedagogia no Brasil: 1939-2005. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 15., 2008. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/irati/panorama>. Acesso em: 3 fev. 2021.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico do Município de Irati**. Curitiba: IPARDES, 2021.

Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84500&btOk=ok>.

Acesso em: 3 fev. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, E. R. **A pedagogia no contexto brasileiro**: análises de possíveis aproximações ou distanciamento das áreas da educação popular e dos movimentos populares. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=00000000920100001&script=sci_issuetoc. Acesso em: 15 fev. 2021.

MACHADO, E. R.; OLIVEIRA, A. A. O educador social no Brasil: perspectivas históricas e discussões atuais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO – EDUCERE, 11., 2013. **Anais [...]**. Curitiba: PUC do Paraná, Curitiba. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7864_4336.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SEVERINO, A. J. **Como ler um texto de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

SEVERO, J. L. R. L.; POSSEBON, E. G. (org.). **Fundamentos e temas em pedagogia social e educação não escolar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

UEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Matriz Curricular Pedagogia**.

Disponível em: http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo_2018/organizacao_curricular/pedagogia_noturno.pdf.

Acesso em: 13 jul. 2020.

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Matriz Curricular Pedagogia.** Disponível em: <http://www.pen.uem.br/cursos-de-graduacao/campus-sede-maringa-pr-x/documentos/pedagogia.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Matriz Curricular Pedagogia.** Disponível em: https://c5a20d98-2019-4339-9b8f-0fb6258882f8.filesusr.com/ugd/ed9642_b95950be98474de2a4876ecbf3bdf292.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Matriz Curricular Pedagogia.** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1RBAIUYAJS6VJSyUq27ino5V063fYngCh/view>. Acesso em: 13 jul. 2020.

UNESPAR - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. **Matriz Curricular Pedagogia.** Disponível em: <http://paranavai.unespar.edu.br/graduacao/graduacao/pedagogia-1/pedagogia>. Acesso em: 13 jul. 2020.

UNICENTRO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. **Matriz Curricular Pedagogia.** Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proen/wp-content/uploads/sites/41/2020/04/Pedagogia-I.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Matriz Curricular Pedagogia.** Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/prograd-outros/cursos-campus-todos/fozcampus?campi=0&curso=FOZ0032>. Acesso em: 13 jul. 2020.

Submetido em 24 de novembro de 2020.

Aprovado em 27 de janeiro de 2021.